

O que nos ensinam as pedras do Cais do Valongo

What the stones of Cais do Valongo teach us

José Pessoa

Doutor em Planejamento Urbano e Territorial, Istituto Universitario di Architettura di Venezia

Professor Titular da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF

jsbpessoa@id.uff.br

Rosana Najjar

Doutora em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

rosananajjar@gmail.com

RESUMO: O Sítio Arqueológico Cais do Valongo é o vestígio material na cidade do Rio de Janeiro do principal ponto de desembarque de africanos escravizados no continente americano. Foi reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO em 2017. Através da pesquisa documental nos acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional foi possível identificar historicamente as diversas estruturas que estão visíveis no atual sítio arqueológico. A proposta deste texto é contar a história por detrás de cada uma das camadas desse monumento.

PALAVRAS-CHAVE: Sítio Arqueológico, Cais do Valongo, Diáspora Africana

ABSTRACT: The Cais do Valongo Archaeological Site is the material remains in the city of Rio de Janeiro. January of the main disembarkation point for enslaved Africans on the continent American. It was recognized as a world heritage site by UNESCO in 2017. Through documentary research in the collections of the General Archive of the City of Rio de Janeiro, the Archive National and National Library, it was possible to historically identify the various structures that are visible at the current archaeological site. The purpose of this text is to tell the history behind each of the layers of this monument.

KEYWORDS: Archaeological Site, Cais do Valongo, African Diaspora

O que nos ensinam as pedras do cais do Valongo

O Sítio Arqueológico Cais do Valongo é o vestígio material na cidade do Rio de Janeiro do principal ponto de desembarque de africanos escravizados no continente americano. Reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO em 2017, trata-se de um cais de pedra, que nas palavras do historiador e diplomata Alberto da Costa e Silva é constituído de “pedras que receberam, depois de uma medonha viagem, os pés de muitos de nossos antepassados, e que contam um pouco desse longo capítulo trágico e espantoso da história dos homens sobre a face da terra”ⁱⁱ.

O cais de pedra seria redescoberto em 2011, exatos 200 anos da sua construção, através de pesquisa arqueológica realizada no lugar que a tradição e a documentação histórica indicavam ter sido o ponto de desembarque dos africanos escravizados na cidade do Rio de Janeiro. As escavações ficaram a cargo de uma equipe liderada pela arqueóloga Tania Andrade Lima, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A escavação arqueológica abrangeu quase toda a área da Praça Jornal do Commercio, limitada pelas ruas Sacadura Cabral e Barão de Teffé registrando como sítio arqueológico uma área de 0,3895ha. Durante a pesquisa foram escavados 110 setores e 6 trincheiras e realizado o monitoramento em toda extensão da Praça Jornal do Commercio. O objetivo principal da pesquisa era o de encontrar o cais de desembarque dos africanos escravizados construído pelo Intendente da Polícia Paulo Fernandes Vianna em 1811. O Cais estava soterrado em profundidades que variavam entre 1,20m a 1,80m, confirmando seu declive em direção ao mar. Nas escavações foram encontradas estruturas de pisos e muralhas de pedra em três diferentes níveis. O primeiro mais superficial, estando em média com 60 centímetros abaixo do nível atual, apresentava vários trechos calçados em paralelepípedos de granito. Abaixo deste primeiro

piso e cobrindo uma área vasta, temos um segundo piso em mosaico de pedras irregulares conhecidos atualmente pela tradição luso brasileira como “pé de moleque”. Este era o calçamento padrão da cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. No mesmo nível do calçamento em mosaico, há também uma rampa (píer) de pedra que avança além da muralha do cais, sobre o mar, calçada com lajeados de cantaria. Três degraus separam esta rampa de outra no nível inferior, também essa é coberta por lajeado de cantaria. Os dois níveis de rampa são a resposta funcional às variações das marés.

Imagem 1



Fonte: João Maurício Bragança, 2015. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_ve rsao_Portugues.pdf

Num nível abaixo da primeira rampa num trecho em que uma das lajes de cantaria estava deslocada foi feito um importante achado, dois degraus em mosaico de pedra irregular, parte do primitivo cais do Valongo construído pelo Intendente Paulo Fernandes Viana, e que foram mantidos cobertos.

A pesquisa no Sítio Arqueológico Cais do Valongo foi também extremamente profícua no que tange aos artefatos móveis. No contexto da escavação deve-se considerar como excepcional a concentração de materiais arqueológicos móveis relacionados à diáspora africana coletado nas proximidades do cais e nas laterais do sítio. Esses materiais seriam diretamente relacionados àqueles que viviam e moravam na vizinhança e frequentavam o cais, sentindo aquele espaço como seu. Foram desenterrados pela pesquisa vários tipos de artefatos, como búzios ou adornos, como brincos e pulseiras de metal, quase todos carregados de profundo simbolismo religioso. Vale destacar que muitos metais, principalmente o ferro, tinham uma relação simbólica e religiosa para os africanos escravizados e seus descendentes.

Através da pesquisa documental realizada principalmente no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional foi possível identificar historicamente as diversas estruturas que estão visíveis na janela arqueológicaⁱⁱ do Cais do Valongo.

A janela do Sítio Arqueológico do Valongo que hoje pode ser observada tem 0.1058 ha. Nela estão visíveis todos os momentos – inclusive o Cais da Imperatriz e a Praça Municipal – da trajetória humana transformando e agenciando a enseada do Valongo. Observamos, sobretudo, o Cais do Valongo, perfazendo 77.47% da área da janela arqueológica.

A construção do cais: as primeiras pedras

A instalação do mercado de africanos escravizados na região do Valongo remonta a meados do século XVIII. Naquela época os desembarques de escravizados ocorriam no porto da cidade, junto a rua Direita, atual 1º de março, região na qual se concentravam os armazéns de compra e venda de escravizados. A circulação dos escravizados seminus e em condições

lamentáveis, depois da dura viagem, levou parte da população, inclusive vereadores da Câmara a exigir a transferência desse vergonhoso comércio para fora do centro da cidade. A resistência dos comerciantes de escravos irá retardar a execução desta medida que só iria ocorrer realmente durante a administração do Marquês do Lavradio (1769-1779), conforme ele explica em relatório ao seu sucessor.

Foi a resolução ordenar que todos os escravos que viessem nestas embarcações, logo que dessem sua entrada na Alfândega, pela porta do mar, tornassem a partir e embarcassem para o sitio chamado Valongo, que é no subúrbio da cidade separados de toda comunicação e que ali se aproveitassem das muitas casas e armazéns que ali há para os terem e que àqueles sítios fossem as pessoas que os quisessem comprar e que os compradores nunca pudessem entrar com mais de 4 ou 5 na cidade [e] que os precisassem de ser vestidos e que enquanto os não conduziam para as minas ou para suas fazendas depois de comprados os tivessem no campo de São Domingos onde tinham todas as comodidades e livravam a cidade dos incômodos e prejuízos que há tantos anos se recebia por causa da sobredita desordem. Vigiei muito cuidadosamente sobre a execução desta ordem; ainda que com trabalho consegui que ela se executasse; visivelmente se conheceu os benefícios que receberam na saúde os povos; até os mesmos escravos se restituíam mais facilmente das moléstias que traziam; aquele grande fétido que havia já não se sente; e hoje todos conhecem o benefício que daqui lhes tem resultado: porém sem embargo disto ainda os que tem interesse em os conservar em casa não deixam de fazer toda possível diligencia para conseguirem o tornar tudo ao mesmo estado. V. Ex. fará neste ponto aquilo que lhe parecer mais acertado.ⁱⁱⁱ

Para garantir que sua decisão fosse efetivamente cumprida o Marques do Lavradio ordena a transferência do cemitério que ficava junto a igreja de Santa Rita e recebia os escravizados falecidos durante a chegada ao porto da cidade. O cemitério, chamado dos Pretos Novos, é instalado junto ao caminho que ligava a enseada do Valongo à enseada da Gamboa. Na planta intitulada “Plano da cidade do Rio de Janeiro elevado em 1791”^{iv} temos a única representação, até o momento, do cemitério dos Pretos Novos nas plantas da cidade executadas nos séculos XVIII e XIX. O cemitério é identificado pelo desenho de cruzes e corresponde a área onde hoje está localizado o Instituto dos Pretos Novos.

Imagem 2



Fonte: Biblioteca Nacional: BN, cart168854

O cemitério não aparece nas plantas anteriores a 1791 e deixa de estar sinalizado nas plantas posteriores a esta, executadas por ordem de Dom João. A sinalização do cemitério na cartografia da cidade vai reaparecer em meados do século XIX através da identificação do antigo caminho como

Rua do Cemitério, na Planta da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, de 1842^o.

A transferência do mercado de escravizados para a região do Valongo, criou uma nova dinâmica de ocupação da área que antes disso tinha a sua ocupação limitada a chácaras nos morros e atividades pesqueiras ao longo da enseada. Além dos armazéns em que eram mantidos os africanos escravizados, vão sendo instalados outros comércios, como secos e molhados e manufaturas, entre as quais uma cordoaria. O caminho que ligava o Largo de São Domingos com a enseada do Valongo passou a se chamar de Rua do Valongo. A enseada propriamente dita recebia duas denominações, o trecho inicial no qual desembocava a Rua do Valongo era denominado Valonguinho, a continuidade deste em direção ao morro da Saúde era denominada de Valongo. Ao longo da rua e praia do Valongo instalam-se os depósitos de escravizados e as outras atividades comerciais da região. Uma população numerosa de africanos escravizados e libertos circulavam por suas ruas.

Com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, o tráfico de africanos escravizados cresce, tornando mais densa a ocupação da região do Valongo. Para o controle da região um quartel da polícia é instalado no início da ladeira do Livramento. A importância do comércio de africanos escravizados na economia da cidade tornada corte vai levar a ordem do Príncipe Regente para que o intendente da polícia Paulo Fernandes Vianna promovesse a construção de um cais de pedra no Valonguinho, na desembocadura da Rua do Valongo e próximo ao quartel da polícia que existia naquele local para controlar a região dos armazéns de escravizados.

“PAULO FERNANDES VIANNA do Conselho de Sua Majestade Real, Fidalgo Cavalheiro da Sua Real Casa, Comendador da Ordem de Cristo, Desembargador do Paço e Intendente Geral de Polícia da Corte e Estado do

Brasil etc. Atesto que sendo ordem de Sua Alteza Real para mandar fazer uma rampa e cais correspondente a ele na praia do Valongo; e precisando-se para esta obra de avultada porção de pedra, o tenente-coronel Julião José de Oliveira proprietário das pedreiras da Conceição a ofereceu gratuitamente toda a pedra que fosse necessária para aquela obra, ainda para outra qualquer que a polícia precisa fazer naquele sítio, tirada das suas pedreiras, cuja oferta foi aceita e se fez a mencionada rampa e cais com a pedra tirada das referidas pedreiras, no que a Intendência deixou de despende avultada quantia (...) Rio de Janeiro, 30 de maio de 1811^{vi}

As pedras para execução da rampa e cais foram então fornecidas pela pedreira pertencente ao Tenente Coronel Julião. A pedreira ficava muito próxima da Rua do Valongo, por detrás da fortaleza da Conceição, no final da rua de mesmo nome, correspondendo a área onde hoje se encontra a Travessa Coronel Julião, proprietário daquelas terras. A pedreira do Coronel Julião deveria ser uma importante fornecedora de pedra na cidade, pois mereceu estar assinalada na Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Levantada por Ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor no Ano de 1808 Feliz e Memorável Época da sua Chegada a Dita Cidade^{vii}. É a única pedreira assinalada no mapa impresso em 1812. Como o mapa foi levantado em 1808, nele não estão representados a rampa e o cais, referidos pelo Intendente da Polícia e que só teriam iniciado a construção três anos mais tarde.

Imagem 3

Fonte: Arquivo Nacional: AN, BR_RJANRIO_4Y_0_MAP_0534

Vai-se encontrar uma nova menção ao cais do Valongo, numa matéria de 27 de setembro de 1817 publicada na Gazeta do Rio de Janeiro. No artigo são enumerados os melhoramentos feitos na cidade depois da chegada de Dom João, cujas sábias determinações são executadas com incansável zelo pela intendência geral da Polícia. O texto dá destaque ao cais, “não devemos omitir a construção dos caes, e rampas, entre as quaes se distingue a de Vallongo”, sem, no entanto, descrevê-lo.

O intendente da polícia não gozava da simpatia de Dom Pedro, e perde o cargo com o retorno de Dom João para Portugal em 1821. Escreve então a sua “Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo o tempo que a servio o Dezembargador do Paço Paulo Fernandes Viana” dando conta da sua atividade e descrevendo entre as atribuições a construção do cais do Valongo.

Fiz o caes do Valongo no fim da rua d'este nome com rampas e escadas para embarque, que foi de suma utilidade por não haver em certas estações local mais commodo para embarques, e desembarques, e iluminei com lampiões o mesmo caes.

No seu relatório, Paulo Fernandes Vianna descreve o cais como sendo constituído de rampas e escadas. Justifica a construção do cais em razão do local ser muito propício para embarque e desembarque. As vantagens da localização e a importância na atividade portuária da cidade, exercida pelo cais construído por Paulo Vianna é comprovada pelos anúncios de compra e venda de imóveis que tinham a proximidade do cais como elemento de valorização. O Diário do Rio de Janeiro de 7 de julho de 1824, por exemplo, anuncia a venda de casas no morro do Valongo, descrevendo como qualidades do sítio a proximidade da rampa do cais e a bela vista de mar.

Na década seguinte, a intensa ocupação da região do Valongo e a drástica redução dos desembarques, provocada pela promulgação em 1831 da primeira lei proibindo o tráfico atlântico no Brasil resultariam na degradação do cais com a ocupação indiscriminada das suas áreas, como testemunha o leitor do Aurora Fluminense, que se autodenomina Perplexus e analisa a situação dos portos da cidade, destacando o mau estado do porto do Valongo.

“Passemos rapidamente a praia do Vallongo, com o seu único porto. Tão obstruído e estreito que he quase inabordável; não tratemos mais dessas obras erguidas diante da passagem tão discordantes, e tão imundas; desses navios naufragados, sobre os quaes se edifica...”^{viii}

O primitivo cais de Paulo Fernandes Vianna, executado com as pedras da Pedreira da Conceição seria na década de 1840 aterrado por um novo cais, tendo sido identificado durante a pesquisa arqueológica.

No limite do calçamento do cais, em direção ao mar, em uma área de 2,10m X 0,80m, foram evidenciados dois degraus em pé de moleque, que não permaneceram

expostos, concluindo que abaixo da rampa e escadas do Cais da Imperatriz, houve rampa e escadas de pé de moleque do Cais do Valongo, como relata Andrade Lima, em seu Relatório Parcial: Um importante achado foi feito nessa rampa: o deslocamento anterior, feito à época, de uma das pedras costaneiras que foi encontrada emborcada junto ao seu local original, possibilitou a escavação do sedimento abaixo dela. Foi escavada uma área de 2,10 x 0,80 m, em cujo nível inferior foi encontrado o calçamento do Cais do Valongo em forma de degraus, testemunhando que por baixo dessa frente avançada do Cais da Imperatriz ele está presente, e era da mesma forma escalonado, como consta na documentação pesquisada.^{ix}

O desembarque da imperatriz: o novo cais do Valongo

No dia 4 de setembro de 1843, a imperatriz Teresa Cristina desembarcava no antigo Cais do Valongo. Não se tratava mais do cais obstruído e estreito, descrito uma década antes pelo leitor do Aurora Fluminense. Rebatizado de Cais da Imperatriz, a antiga rampa de desembarque dos escravizados havia sido aterrada e delimitando esse aterro uma muralha de lajes de pedra. Saindo do novo cais e avançando sobre o mar, rampa em dois níveis também construída com lajes de pedra. O novo cais também fora decorado com quatro estátuas de mármore de divindades greco-romanas dispostas ao longo da muralha do cais e dois golfinhos de bronze ladeando o acesso a rampa. Foram também construídas estruturas provisórias, especialmente para a ocasião, um pavilhão oitavado com as faces todas abertas em arcos góticos, coberto por uma cúpula encimada por uma estátua do Himeneu, deus grego do casamento. No interior do pavilhão pinturas representando Nápoles e o Rio de Janeiro, de autoria de Joaquim Lopes de Barros. No meio da cúpula, um florão de onde pendia um lustre que havia pertencido a Dom José I e que veio para o Brasil na comitiva de

Dom João. A chegada da nova imperatriz tem sido associada como a razão das transformações por que passou o cais de desembarque no Rio de Janeiro dos africanos escravizados. Na realidade, a documentação histórica demonstra que isto não ocorreu exatamente desse modo (PESSOA, 2022).

A ocupação indiscriminada daquele trecho do litoral e a situação de abandono da antiga rampa do cais do Valongo levou no início da década de 1840 a constante queixa dos moradores de região que clamavam pela necessidade de uma nova rampa de embarque e desembarque no local. A Câmara Municipal vai aprovar em fevereiro de 1842 a construção de uma nova rampa para o desembarque de pessoas e mercadorias (Diário do Rio de Janeiro, 23 de março de 1842). Em abril deste mesmo ano a Câmara convoca pedreiros e serventes da cidade para as obras de remodelação do antigo cais do Valongo (Diário do Rio de Janeiro, 16 de abril de 1842). Apesar da convocação em abril dos operários para as obras, apenas em setembro que os vereadores iriam convocar o engenheiro militar Henrique de Beaurepaire de Rohan, a serviço da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro para apresentar a planta e o orçamento do novo cais.

“Resolveu em sessão de 24 do corrente que V. S^a apresentasse com toda a urgência a planta e o orçamento para a obra do cais do Valongo, que será inspecionada pelo senhor Dr. Luiz Rodrigues Ferreira, devendo-se para esse efeito com V. S^a entender-se o Administrador das obras”.^x

Com o projeto aprovado, o Administrador da Obra Joaquim José de Melo solicita em outubro de 1842, autorização da Câmara para utilizar as pilastras de pedra existentes na ponte de São Cristóvão, bem como os degraus do antigo pelourinho que se encontravam no armazém da Câmara Municipal.

“Resolveu a Câmara em sessão de 8 do corrente que

ficasse autorizado a mandar remover da ponte de São Cristóvão para o cais do Valongo as pilastras de pedra daquela, que já requisitará, bem como empregar em proveito do cais, as pedras dos degraus do antigo pelourinho, que se acham no armazém das obras como exige em seu ofício último.^{xi}

As pilastras da ponte devem ter servido de pedestal para as estátuas das divindades greco-romanas e dos golfinhos enquanto os degraus do pelourinho foram para muralha do cais e rampa. Foi só no ano seguinte, após a realização do casamento por procuração em Nápoles entre dom Pedro e Dona Teresa Cristina que o imperador determinaria, em 6 de julho de 1843, que o cais que se encontrava em obras no Valongo seria o local do desembarque solene da futura Imperatriz. Para promover o apagamento que a memória do Valongo tinha para cidade, a Câmara decide em agosto homenagear a imperatriz e o fato dela desembarcar no Valongo: o cais e a rua passam a se chamar, respectivamente, Cais e Rua da Imperatriz.

A decisão do imperador vai dar novo ritmo as obras que já vinham sendo feitas. No período de aproximadamente dois meses, o antigo Cais do Valongo que já havia sido aterrado e parcialmente calçado, teve concluída a obra da muralha e do píer com lajes de pedras aparelhadas de tamanhos variados.

Sem dúvida a presteza com que se acabou de preparar a praça e cais da Imperatriz dependeu das únicas palavras com que S. M. disse que queria que o solene desembarque de sua augusta esposa se fizesse neles. Consta que, 40 dias, os barracões foram comprados e demolidos, a praça toda calçada, um dos lanços do cais acabado e a rampa feita.^{xii}

Apesar do entusiasmo do cronista do Jornal do Commercio em relação a

presteza com que foi realizada a finalização da obra do cais, cuja imagem ficou gravada na litogravura de Friedrich Pustkow, observa-se pela documentação que não foi possível terminar a obra antes do desembarque da imperatriz.

Imagem 4



Fonte: FERREZ, Gilberto. Iconografia do Rio de Janeiro, 1530-1890. Catálogo Analítico, v.II. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, p.189

Tanto a praça como o cais da Imperatriz não estavam totalmente calçados. O torreão precisou ser demolido poucos meses depois do desembarque para que se procedesse à finalização do calçamento da praça que havia ficado incompleto.

O senhor vereador Getulio fez as seguintes propostas: indico que se officie a comissão encarregada dos festejos da praça da Imperatriz que mande demolir o torreão que existe na dita praça, afim da câmara poder mandar calçar aquele logar. Rio, 1 de dezembro de 1843 – foi aprovada.^{xiii}

Não apenas o calçamento da praça estava incompleto, mas o próprio cais se encontrava também nessa condição, conforme comprova o pedido de fevereiro de 1844 do diretor de obras da Câmara para a finalização do lajeamento do cais.

A cerca do officio do diretor das obras, com que apresenta o orçamento para o lageamento que falta no caes da Imperatriz, e pondera a conveniência de se fazer por em quanto somente o calçamento. “Conformo-me com o

parecer do engenheiro, e por isso se deve determinar que faça a obra que indica, não excedendo aos 400 rs. Em que orça; sendo esta obra feita por empreitada, fazendo os competentes annuncios. Rio, 24 de fevereiro de 1844 – Getulio.^{xiv}

O piso em mosaico de pedra da praça e o lajeado do cais seriam finalizados ao longo do ano de 1844. Atenção especial no calçamento em mosaico de pedra é dada ao sistema de escoamento de águas pluviais que desciam do escoamento natural oriundo dos morros e do interior, que desciam até o mar. Um excelente caimento voltado para ambas as direções assegurava o escoamento das águas, livrando a área de alagamentos em um trecho bastante suscetível a esse tipo de problema, agravado pela subida incessante das águas na maré alta, que o inundavam periodicamente. O escoamento das águas das chuvas era um problema recorrente na cidade. Os engenheiros militares a serviço da Câmara seriam permanentemente cobrados a apresentar soluções nos séculos XVIII e XIX, face as constantes inundações que a cidade sofria.

Em 1844 o arquiteto francês Grandjean de Montigny, professor da Imperial Academia de Belas Artes é convidado a elaborar um monumento comemorativo do desembarque da imperatriz no cais do Valongo. Grandjean vai projetar um chafariz que seria também um monumento a memória do desembarque da imperatriz naquele local e fará também o desenho das fachadas da praça do cais, agora denominada de Praça Municipal (PESSOA, 2022).

A cidade se moderniza: o systema de parellepípedos

Uma das questões cruciais na datação das várias camadas do sítio arqueológico do Cais do Valongo é aquela relativa ao piso em paralelepípedos, com vários trechos remanescentes e visíveis na janela

arqueológica. O piso fora identificado inicialmente pela pesquisa arqueológica como parte das obras realizadas para o novo cais, no qual desembarcou a imperatriz. No entanto a análise da documentação permite datar as duas diferentes camadas, a partir dos diferentes pisos.

A Câmara da cidade do Rio de Janeiro vai promover uma campanha de calçamento dos logradouros públicos da cidade na década de 1840. Neste período o calçamento era em mosaico de pedras, hoje em dia popularmente conhecido como “pé de moleque”. Formado por pedras irregulares constituindo um mosaico, era a pavimentação da tradição luso-brasileira. Para executar a pavimentação em mosaico a Câmara convoca a população para fornecer as pedras.

Precisa-se para as obras públicas da repartição da câmara municipal, grande porção de pedra quebrada em pedaços proximamente iguaes, de peso de 6 onças, e de 4 polegadas de face pouco mais ou menos, para calçamentos que se hão de fazer em diversos pontos da cidade: as pessoas que se quizerem encarregar d’este fornecimento apresentem as suas propostas no escriptorio da dita repartição, na quinta feira 28 do corrente mez pelas 9 horas da manhã, a fim de ser preferido aquelles que maiores vantagens oferecer. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1841 – Francisco de Oliveira Guimarães Junior^{xv}

Tratava-se sempre de pedras menores e irregulares, formando mosaicos e que iriam ser utilizados em vários pontos da cidade, entre eles a região do Valongo, como atestam os comunicados da Câmara sobre a Rua do Valongo.

A câmara municipal d’esta muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro faz saber que, nos dias 5,8, e 12 do corrente, se há de por em hasta publica, no paço da

mesma câmara, para ser arrematado a quem por menos fizer, o calçamento da rua do Vallongo, na extensão de 76 braças quadradas. (...) Paço da câmara municipal do Rio de Janeiro, 28 de abril de 1841^{xvi}

Como visto anteriormente, entre 1843 e 1844 foi realizada a pavimentação da praça com pedras irregulares formando mosaico, e que está visível na janela arqueológica. Só se encontra referência a paralelepípedos na década seguinte. Passados pouco mais de dez anos da grande campanha pela pavimentação em mosaico, a Câmara inicia a substituição destes pisos por paralelepípedos. Por volta de 1854 as ruas da cidade do Rio de Janeiro começam a ser pavimentadas pelo “systema de parallelepípedos”. O novo sistema de pavimentação era inglês, bem como as pedras utilizadas nos primeiros calçamentos. Uma notícia do Jornal do Commercio informa sobre a importação, no ano de 1855, de 120 toneladas de paralelepípedos de Liverpool, liberados de taxas alfandegárias, para serem utilizados no calçamento das ruas da cidade.^{xvii}

As pedreiras da cidade passam a produzir paralelepípedos mais baratos que os importados, de acordo com a tabela aprovada pela Câmara Municipal em 23 de março de 1857, o que levará a substituição das pedras inglesas pelas nacionais.^{xviii}

Tabella

Braça quadrada de parallelipipedos com pedra estrangeira	45\$000
Dita com pedra do paiz	38\$000
Braça linear de assentamento e custo de lagedo ...	5\$000
Dita de fiada de cantaria	13\$000

Quanto a pavimentação pelo sistema de paralelepípedos da região do Cais e Rua da Imperatriz, não foi encontrado nenhum documento que permitisse datar mais precisamente o nível dos paralelepípedos na janela arqueológica. O único documento encontrado sobre o novo calçamento na

região, trata da Rua da Prainha para ser calçada até o consulado, isto é o trapiche em frente à igreja de São Francisco da Prainha.^{xix}

Directoria das obras municipaes

Até o dia 23 do corrente recebem-se propostas nesta repartição para o calçamento por paralelepípedos das ruas nova de S. Bento, Bragança, Prainha desde a dos Ourives até o mar e da saúde desde a da prainha até o consulado; devendo declarar os Srs, empreiteiros nas suas propostas separadamente o preço de cada uma praça quadrada, com conservação por quatro anos e sem ella. Directoria das obras municipaes, 17 de janeiro de 1857 – Domingos Manuel de Oliveira Quintana.

O calçamento da Praça Municipal, junto ao Cais da Imperatriz não deve ter sido pavimentado com paralelepípedos em data anterior a 1857. Apesar de ser considerado na época uma pavimentação mais resistente e segura, os trabalhos de calçamento nesse sistema nas áreas centrais da cidade se prolongam, conforme afirma nota do Diário do Rio de Janeiro publicada em agosto de 1867.^{xx}

Calçamento – Algumas das ruas dos suburbios da cidade já estão calçadas pelo systema de paralelepípedos, a outras está se applicando esse calçamento; ao passo que ruas de muito trafego no interior da cidade continuam calçadas pelo systema de mosaico e de tal sorte arruinado que põe em risco a vida dos que andam a pé ou de carro.

A realização do calçamento em paralelepípedos implicaria na modificação do nível das ruas, elevado para a instalação das novas pedras, o que será motivo de grandes queixas dos moradores de diversas partes da cidade. Na praça do cais da Imperatriz será necessário um degrau, separando o novo pavimento do cais propriamente dito conforme é possível ver na janela arqueológica.

Imagem 5

O chafariz da Praça Municipal

Na década de 1870, Cais da Imperatriz e a Praça Municipal já necessitavam de reparos. O chafariz projetado por Grandjean de Montigny já não existia mais. Apesar das queixas dos moradores da região em relação a ausência de um novo chafariz, nenhuma medida efetivamente é tomada pela Câmara, o que iria provocar novas solicitações dos moradores da região.^{xxi}

Pede-se à Illma. Câmara municipal para mandar colocar novo chafariz na praça Municipal, umas das mais aprazíveis desta corte, não só para bem dos moradores, como para facilitar ao Sr. Empreiteiro das obras a irrigação das árvores que foram plantadas para melhor aformoseamento, pois que a maior parte delas estão secas; assim como a remoção das pedras que estão servindo de assentos a muitos vagabundos. Muitos moradores.

No entanto, nenhuma providencia é tomada até setembro 1872 quando a Câmara Municipal oficia para autorizar a despesa necessária a colocação do dito chafariz que finalmente seria inaugurado em 2 de dezembro de 1872. O chafariz, bastante simples, era composto de um tanque retangular

assentado sobre três degraus, no centro do tanque uma base prismática com quatro bicas que jorravam a água. Apoiada nesta base uma coluna compósita de granito com caneluras, sobre a coluna, o símbolo em bronze da cidade. Uma cruz de malta envolvida por uma esfera armilar e com três setas que simbolizam São Sebastião no topo. O símbolo da cidade em bronze é uma referência ao nome da praça. O autor do risco do chafariz e coluna foi segundo Moreira de Azevedo, o arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, que teve papel de destaque no cenário arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Ele teria desenhado quando ocupou o cargo de arquiteto da Câmara Municipal, isto é, de 1851 a 1859 (AZEVEDO, 1969, p. 105/106).

Imagem 6



As fundações do chafariz de Bethencourt da Silva foram encontradas nas escavações, em local distinto de onde se encontra a coluna. A pesquisa arqueológica optou por não deixar os vestígios do chafariz expostos.

Com a construção do novo porto na primeira década do século 20, o cais

da Imperatriz e a praça Municipal foram aterrados. O Valongo ganha uma nova camada e um novo nome, Praça Jornal do Commercio. No local do sítio arqueológico temos a camada do cais de desembarque dos africanos escravizados representado pelos degraus identificados e infelizmente recobertos na escavação arqueológica; sobre esta camada, o novo cais do Valongo, no qual desembarcou a imperatriz correspondendo ao piso em mosaico de pedra e a muralha e rampa em lajeados em cantaria; sobre esta camada na parte correspondente a Praça Municipal, temos o piso em paralelepípedos e a coluna com os símbolos da cidade em bronze no seu topo; e finalmente a última camada corresponde a cidade atual e a Praça Jornal do Commercio.

Há poucas imagens do cais da Imperatriz e da Praça Municipal antes do último aterramento. Destaca-se um registro feito por Augusto Malta e conservado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, sem identificação de data. Nele observa-se em primeiro plano, o chafariz com a coluna e as armas do município, a frente deste, paralelepípedos arrancados, provavelmente para serem reutilizados após o aterro. No fundo da foto, o cais propriamente dito com três das estátuas de divindades greco-romanas sobre os seus pedestais e um quarto pedestal sem estátua. As estátuas seriam transferidas para o Jardim Suspenso do Valongo, que seria inaugurado em 1906. Podemos concluir que a foto foi tirada entre 1903 e 1906. Será o registro mais completo dos prédios da Praça Municipal desenhados por Grandjean de Montigny.

Imagem 7

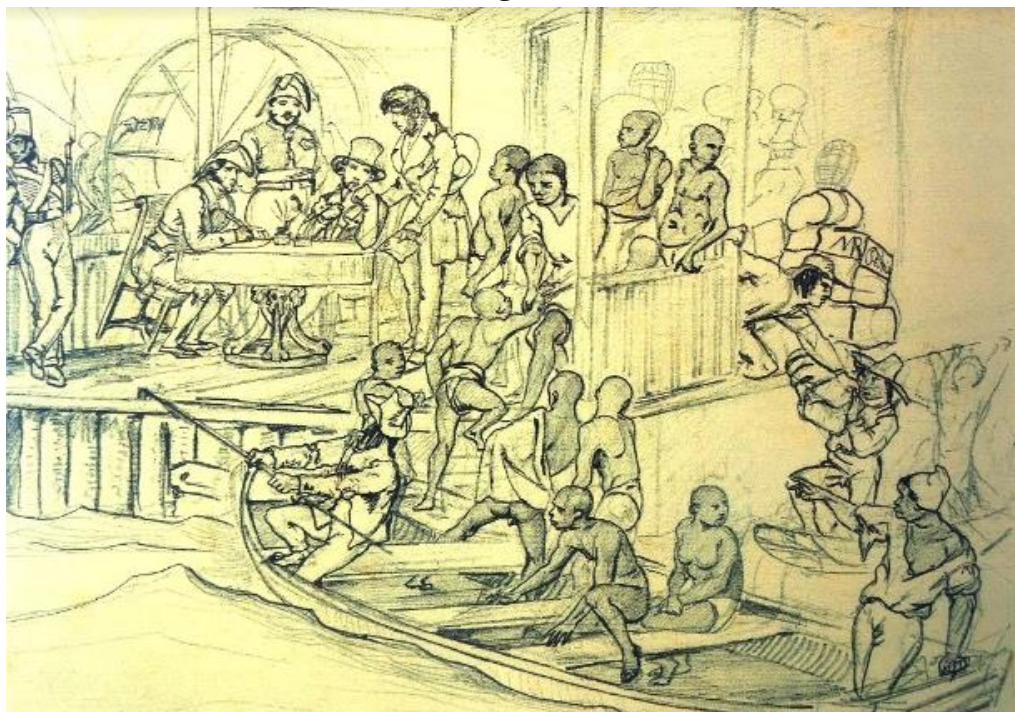
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.

O cais redescoberto: sítio do desembarque dos africanos escravizados

Construído em 1811, redescoberto em 2011, o Cais do Valongo é símbolo da violência deste triste episódio da história da humanidade, desempenhando no período em que recebia os africanos escravizados, um importante papel no tráfico negreiro das Américas. É importante afirmar a carga simbólica do sítio arqueológico. Nele pisou uma parte significativa da população da diáspora africana que chegou ao Novo Mundo. Era pelo Valongo que chegavam depois da longa e dura viagem, os escravizados seminus, pisando pela primeira vez o chão do continente americano.

A resolução do Marques do Lavradio deixava claro que “todos os escravos que viessem nestas embarcações, logo que dessem sua entrada na Alfândega, pela porta do mar, tornassem a partir e embarcassem para o sitio chamado Valongo” (AN, Instruções do Marques de Lavradio ao seu sucessor como Vice-rei). Tal resolução é registrada no desenho feito por Rugendas entre 1822 e 1825 denominado “desembarque de negros novos, Rio de Janeiro”. Nele vemos os oficiais da alfandega sentados numa mesa registrando os africanos escravizados que sobem de escaleres para o Trapiche da Alfândega que avançava sobre o mar. Este e a gravura feita a partir dele, são os únicos registros iconográficos conhecidos da chegada dos cativos ao porto do Rio de Janeiro. Apesar da importância e da qualidade deste documento iconográfico, não devemos concluir que este era o único procedimento para a cobrança pela Alfandega da cidade das taxas referentes a entrada de cativos. Ao analisarmos este procedimento, podemos concluir que ele não garantia o controle alfandegário do Estado sobre a quantidade de escravizados que desembarcavam na cidade, sendo a vistoria dos navios a ação mais eficaz para o controle e respectiva taxação da totalidade dos escravizados que desembarcavam no porto da cidade, como comprova a carta de um leitor do Correio do Rio de Janeiro em 1822, na mesma época do desenho de Rugendas, afirmando que “todos sabem perfeitamente que a Alfândega manda fiscalizar a bordo dos navios o número de escravos”^{xxii}. A Alfândega se localizava na Rua Direita, atual 1º de Março, exatamente em frente ao início da Rua da Alfândega, que por esta razão tem este nome. A contagem era feita no trapiche da Alfândega sobre o mar, retratado por Rugendas, ou nos próprios navios, conforme declara o leitor do Correio do Rio de Janeiro.

Imagem 8



Na proposta de candidatura para a UNESCO não se nega que a contagem para o pagamento do imposto era feita pela Alfândega para depois serem enviados à região do Valongo. Inúmeros documentos comprovam o desembarque no Valongo, como a portaria de 21 de março de 1822, de José Bonifácio de Andrade e Silva para que o intendente geral da polícia, tomasse providências em atendimento as queixas dos moradores da Rua do Valongo contra o abuso dos negociantes que traficavam escravos ali, fazendo “desembarcar de bordos dos navios os escravos de ambos os sexos quase nus, como os conservam, faltando aos deveres de decência e civilização, neste mesmo estado até os venderem”.^{xxiii}

Para o Intendente Geral da Polícia interino

PORTARIA

Tendo chegado ao conhecimento de S. A. R. o Príncipe

Regente, as justas queixas dos moradores da rua do Vallongo, contra o abuso com que a maior parte dos Negociantes que trafica em escravos, tendo em vista unicamente os seus interesses particulares, não só fazem desembarcar de bordo dos Navios os escravos de ambos os sexos quase nus, como os conservão, faltando aos deveres de decência e civilização, nesse mesmo estado até os venderem, com escandalosa ofensa e risco de vida daqueles moradores, por que além de fazerem, com reconhecida infracção das ordens estabelecidas, conduzir para o interior da povoação, escravos infectados e já moribundos que deverão ser depositados no Lazareto, commettem muitos outros excessos, e até falta de caridade Christã na condução dos cadáveres para o Cimitério. Manda o Mesmo Augusto Senhor pela Secretaria de Estado dos negócios do Reino recomendar mui positivamente ao Intendente Geral da Polícia interino, a maior vigilancia sobre taes abusos, não só prejudiciais a saúde publica, como também escandalosos e ofensivos a decência e decoro das famílias, a fim de que danno a Policia sobre este objecto as mais activas e efficases providencias, se evite para o futuro de tao prejudiciais como estranháveis procedimentos. Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Março de 1822
José Bonifacio de Andrada e Silva

Além da portaria, outros documentos existentes confirmam o Valongo como local de desembarque dos cativos como notícias na imprensa da corte que informavam: “na Galera Santo Antônio Destemido, chegada de Angola com escravos, e tendo feita a sua entrega em Vallongo (...)”.^{xxiv}

O desembarque de cativos e mercadorias não ocorria apenas no cais de pedra do sítio arqueológico e sim em toda a enseada do Valongo, bem como também junto ao Morro da Saúde onde seria instalado um lazareto. Do mesmo modo que a ocupação do Valongo não se dava apenas com o

comercio de africanos escravizados, havia uma intensa atividade comercial, favorecida pelo comércio de cativos e comprovada pelos anúncios na imprensa e pelo imposto da Décima Urbana que registram a presença de “lojas” em praticamente toda a extensão da rua do Valongo. O Sítio Arqueológico do Cais do Valongo é o símbolo material do desembarque dos africanos escravizados e lugar de memória sensível. Conhecer o significado das suas pedras é conhecer um importante testemunho dessa triste história da diáspora africana para as Américas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969. 2 v.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 275, p. 201-232, 1967.
- LIMA, T.A. Valongo. *Current Anthnropology*. v. 61, p. S317-S327, 2020.
- LIMA, T. A. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v. 7, n.1, jan- jul., 177-207, 2013.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, Brasília: IPHAN, 2017.
- PESSOA José. Cais da Imperatriz e Praça Municipal: análise de um espaço público do neoclássico carioca. *Anais do Museu Paulista*, vol 30. pp: 1-27 el. 2022.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Porto de memórias: pequena África. Rio de Janeiro: Cultural Biz, 2014.
- VIANA Paulo Fernandes. Abreviada Demonstração dos trabalhos da Polícia em todo o tempo que a serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana. *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LV, Parte 1, (1º e 2º trimestres). Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, p.374. 1892.

Notas

ⁱ Trecho do discurso feito pelo historiador e diplomata Alberto da Costa e Silva, na instalação do Conselho Consultivo do dossiê de candidatura do sítio arqueológico Cais do Valongo a Patrimônio Mundial da Unesco: “O cais do Valongo merece considerado pela UNESCO patrimônio da humanidade porque é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não

apenas para a história brasileira e, portanto, para a nossa vida como nação, mas também para a história do mundo. Dizia o escritor nigeriano Chinua Achebe que a história não é boa nem má; que a história é, e nós somos esta história, com seus momentos luminosos e demorados e terríveis pesadelos, como este que parecia interminável e que nos deixou como cicatrizes profundas

monumentos como o Valongo, monumentos vivos, que não precisam de nenhum texto a elucidá-los, que são pelo que são, e nos comovem pelas pedras que pisamos e pelas pedras que olhamos, pedras que receberam, depois de uma medonha viagem, os pés de muitos de nossos antepassados, e que contam um pouco desse longo capítulo trágico e espantoso da história dos homens sobre a face da Terra.”

ii Janela arqueológica é a área deixada visível de um sítio arqueológico.

iii AN, Caixa 746, Vice-reinado. Instruções do Marques de Lavradio ao seu sucessor como Vice-rei.

iv BN, cart168854

v BN, cart309952

vi AN, aforamentos, BR RJANRIO BI O D16 O O389. Folha 9

vii AN, BR_RJANRIO_4Y_0_MAP_0534

viii Aurora Fluminense 27 de junho de 1832

ix Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, 2017, p.41

x AGCRJ Códice 36-2-24,

xi AGCRJ Códice 36-2-24 f. 86

xii Jornal do Commercio, 10 de setembro de 1843

xiii Diário do Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1843

xiv Diário do Rio de Janeiro 12 de junho de 1844

xv Diário do Rio de Janeiro 26 de fevereiro de 1841

xvi Diário do Rio de Janeiro 3 de maio de 1841

xvii Jornal do Commercio 27 de maio de 1855

xviii Jornal do Commercio 30 de março de 1857

xix Diário do Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1857

xx Diário do Rio de Janeiro 14 de agosto de 1867

xxi Jornal do Commercio 21 de abril de 1872

xxii Correio do Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1822, folha 636

xxiii Diário do Rio de Janeiro, 26 de março de 1822

xxiv Diário do Rio de Janeiro, 2 de julho de 1821